

## ÍNDICE GERAL

<b>Índice de Quadros</b>	<b>xix</b>
<b>Índice de Figuras</b>	<b>xxv</b>
<b>Índice de Gráficos</b>	<b>xxvii</b>
<b>Índice de Anexos</b>	<b>xxix</b>
<b>Siglas e Acrónimos</b>	<b>xxxi</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1: Educação e Formação de Adultos: retrospectiva dos conceitos e das práticas</b>	<b>9</b>
<b>1.1. Os primórdios da Educação de Adultos</b>	<b>11</b>
<b>1.2. Os pilares conceptuais da Educação de Adultos</b>	<b>14</b>
1.2.1. Definição de <i>Educação de Adultos</i>	<b>14</b>
1.2.2. A diversidade conceptual da educação	<b>17</b>
1.2.2.1 Educação Formal	<b>18</b>
1.2.2.2. Educação Não Formal	<b>20</b>
1.2.2.3. Educação Informal	<b>24</b>
1.2.2.4. “Educação Emancipativa” e “Educação de Perguntas”	<b>31</b>
1.2.2.5. Educação Comunitária e “Educação Bancária”	<b>34</b>
1.2.3. Aprender na sociedade do conhecimento	<b>38</b>
<b>1.3. Modelos Teóricos da Educação de pessoas adultas</b>	<b>42</b>
1.3.1. Andragogia como teoria global da educação de adultos (A)	<b>43</b>
1.3.2. Teorias Sociais (B)	<b>44</b>
1.3.3. Teorias Sociocognitivas (C)	<b>47</b>
<b>1.4. A evolução dos conceitos e do estatuto da Educação e Formação de Adultos (contexto internacional)</b>	<b>50</b>
1.4.1. Actuação de organismos internacionais na Educação de Adultos	<b>54</b>
1.4.1.1. O papel da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) na Educação de Adultos	<b>55</b>
1.4.1.1.1. Conferências Internacionais da UNESCO sobre a	

Educação de Adultos (CONFINTEAS)	56
1.4.2. Caracterização de outras iniciativas de promoção da Educação de Adultos no contexto mundial e europeu	64
1.4.3. Do conceito de Alfabetização tradicional ao conceito de Literacia...	71
1.4.3.1. A visão tradicional do analfabetismo	72
1.4.3.2. Evolução das taxas de analfabetismo em Portugal e no Alentejo	75
1.4.3.3. O analfabetismo funcional	77
1.4.4. Da Educação Permanente à Aprendizagem ao Longo da Vida	83
1.4.4.1. A origem da Educação Permanente	83
1.4.4.2. Que relação entre Educação Permanente e Educação de Adultos?	87
1.4.4.3. Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV)	88
1.5. O contexto nacional da Educação (e Formação) de Adultos (evolução)	92
<b>CAPÍTULO 2 – Enquadramento Legal da Educação e Formação de Adultos em Portugal desde os finais do século XVIII até à actualidade</b>	<b>107</b>
<b>2.1. - 1.º Período (1772 a 1978)</b>	<b>109</b>
2.1.1. Reformas da Instrução Primária	109
2.1.2. Criação das Bibliotecas Populares	111
2.1.3. Escolas móveis para adultos	111
2.1.4. Medidas de combate ao analfabetismo da população portuguesa no século XX	113
2.1.5. Os Cursos de Ensino Primário Supletivo para adultos	114
2.1.6. Indicadores estatísticos na década de 70	115
2.1.7. Criação de Associações de Educação Popular	115
2.1.8. Papel dos organismos internacionais na educação e formação de Adultos	116
<b>2.2. - 2.º Período (1979 a 1998)</b>	<b>117</b>
2.2.1. Plano Nacional de Alfabetização e de Educação de Base dos Adultos	117
2.2.2. Rede de Casas do Povo e Centros Culturais	118
2.2.3. O Instituto de Educação de Adultos	118
2.2.4. Os projectos de educação de adultos da Universidade de Évora e da	

Universidade do Minho.	119
2.2.5. Ensino Recorrente nas escolas – Ensinos Básico e Secundário	120
2.2.5.1. Estrutura e meios afectos ao Ensino Recorrente	123
2.2.6. Educação Extra-Escolar	124
<b>2.3. - 3.º Período (1999 a 2009)</b>	<b>125</b>
2.3.1. A criação da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos	125
2.3.2. O Sistema Nacional de RVCC/Plano Nacional de Emprego	127
2.3.3. O concurso nacional para a Acreditação de Avaliadores Externos	128
2.3.4. A extinção da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos e a criação da Direcção-Geral de Formação Vocacional	129
2.3.5. Da extinção da Direcção-Geral de Formação Vocacional à criação da Agência Nacional para a Qualificação, I.P	129
2.3.6. Um novo enquadramento legal decorrente da Iniciativa Novas Oportunidades	131
2.3.7. O Quadro Comunitário de Apoio – QREN	134
2.3.8. O Sistema Nacional de Qualificações (Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de Dezembro)	135
2.3.9. A Nova Lei Orgânica das Direcções Regionais de Educação	136
<b>CAPÍTULO 3 – O Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC)</b>	<b>139</b>
3.1. Do <i>modelo da qualificação</i> ao <i>modelo da competência</i> nos sistemas de educação e formação	141
3.2. Definição do conceito de competência	145
3.2.1. A abordagem multidisciplinar / polissemia	146
3.2.2. A transferibilidade e mobilidades de saberes	148
3.2.3. A abordagem sistémica	151
3.2.4. A tridimensionalidade	152
3.2.5. A “Incompletude”	154
3.2.6. As Competências-Chave	154
3.3. Os fundamentos do paradigma de Reconhecimento e Validação dos Adquiridos experienciais (RVAE).	155

3.3.1. A origem da sigla RVAE	<b>156</b>
3.3.2. A emergência do dispositivo de RVCC	<b>158</b>
3.3.3. As vias de aquisição/desenvolvimento de competências	<b>159</b>
3.3.4. O RVCC enquanto processo introspectivo e prospectivo	<b>161</b>
3.4. A realidade do dispositivo de Reconhecimento e Validação dos Adquiridos experienciais (RVAE) no contexto internacional	<b>163</b>
3.4.1. As primeiras experiências de reconhecimento e certificação de saberes	<b>163</b>
3.4.2. Caracterização geral dos dispositivos de RVAE em alguns países	<b>165</b>
3.4.2.1. O exemplo dos Estados Unidos da América (EUA)	<b>165</b>
3.4.2.2. O exemplo do Canadá	<b>166</b>
3.4.2.3. O exemplo do Reino Unido	<b>167</b>
3.4.2.4. O exemplo da França	<b>167</b>
3.4.2.5. Exemplos de outros países	<b>168</b>
3.5. Caracterização do dispositivo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), no contexto nacional (2001-2005)	<b>170</b>
3.5.1. Da Constituição do Grupo de Missão à Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA)	<b>170</b>
3.5.1.1. As funções do Grupo de Missão	<b>171</b>
3.5.1.2. A criação da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA)	<b>172</b>
3.5.1.3. A estrutura orgânica da ANEFA	<b>174</b>
3.5.1.4. As inovações trazidas pela ANEFA	<b>176</b>
3.5.2. Experiências/estudos nacionais prévios à ANEFA, no âmbito do RVAE	<b>180</b>
3.5.2.1. O trabalho por “Temas Integradores”	<b>180</b>
3.5.2.2. A experiência no Ensino Recorrente	<b>181</b>
3.5.2.3. Os exames de admissão ao Ensino Superior	<b>182</b>
3.5.2.4. Os Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) de Nível Básico	<b>182</b>
3.5.2.5. O Balanço de Competências (BC)	<b>183</b>
3.5.3. Pressupostos subjacentes à criação do Sistema Nacional de RVCC	<b>184</b>

3.5.4. Os primeiros Centros de RVCC em Portugal	<b>187</b>
3.5.5. Objectivos dos Centros de RVCC	<b>188</b>
3.5.6. As Funções/Actividades dos Centros de RVCC	<b>189</b>
3.5.7. O Plano Estratégico de Intervenção dos Centros de RVCC (PEI)	<b>191</b>
3.5.8. O sistema de financiamento dos Centros de RVCC	<b>192</b>
3.5.9. Caracterização da equipa técnico-pedagógica dos Centros de RVCC	<b>192</b>
3.5.10. O Referencial de Competências-Chave para a Educação e Formação de Adultos de Nível Básico (RCC-NB)	<b>194</b>
3.5.11. Eixos de Intervenção dos Centros de RVCC	<b>197</b>
3.5.11.1. O Eixo do Reconhecimento – a Abordagem biográfica / Histórias de vida	<b>197</b>
3.5.11.2. O Eixo da Validação - Organização da Sessão de Júri	<b>202</b>
3.5.11.3. O Eixo da Certificação	<b>204</b>
3.5.12. Do Balanço de Competências à construção do Dossier Pessoal	<b>206</b>
3.6. A integração dos Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências na Iniciativa Novas Oportunidades	<b>208</b>
3.6.1. Eixos/objectivos da Iniciativa Novas Oportunidades	<b>209</b>
3.6.2. Do conceito de Centro RVCC a Centro Novas Oportunidades	<b>211</b>
3.6.2.1. Noção de Centro Novas Oportunidades (CNO)	<b>211</b>
3.6.2.2. Etapas de intervenção dos Centros Novas Oportunidades	<b>212</b>
3.6.2.3. A nova figura do Técnico de Diagnóstico e Encaminhamento	<b>217</b>
3.6.3. Construção de um novo Referencial de Competências-Chave para a Educação e Formação de Adultos de Nível Secundário (RCC-NS): caminhos e desafios	<b>218</b>
3.6.4. O Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Profissionais (RVCC-PRO)	<b>223</b>
3.6.5. Centros Novas Oportunidades Inclusivos	<b>225</b>
3.6.6. O Sistema de informação e Gestão da oferta educativa e formativa – SIGO	<b>227</b>
3.6.7. Estratégias de mobilização da população e instituições para a qualificação	<b>228</b>

3.6.7.1. Assinatura de Protocolos	228
3.6.7.2. Campanhas de Mobilização Social	228
3.6.7.3. Programa e-Oportunidades	229
3.7. Estudos sobre os Processos de RVCC em Portugal	230
3.7.1. Os estudos do Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos (CIDEC)	230
3.7.2. O estudo sobre o RVCC no Alentejo – os contributos da ESDIME da Fundação Alentejo	231
3.8. Síntese da evolução ocorrida no âmbito do Sistema Nacional de RVCC	232
<b>CAPÍTULO 4 – O Desenho da Investigação</b>	<b>237</b>
4.1. A complementaridade da abordagem	239
4.2. A pesquisa e o respectivo desenho operacional	241
4.3. Eixo A – O Processo de RVCC, no Alentejo, no período 2001-2005	243
4.3.1. Objectivos operacionais da investigação (Eixo A)	243
4.3.2. Instituições em estudo (Eixo A)	243
4.3.3. Fontes de Informação (Eixo A)	245
4.3.4. A recolha de informação (Eixo A)	245
4.4. Eixo B – Os impactos do Processo de RVCC nos adultos certificados, no ano 2003	246
4.4.1. Objectivos operacionais da investigação (Eixo B)	246
4.4.2. Indivíduos em estudo (Eixo B)	246
4.4.3. Fontes de Informação (Eixo B)	247
4.4.4. A recolha de informação (Eixo B)	247
4.5. Instrumentos: construção e validação (Eixos A e B)	248
4.6. Os métodos de tratamento dos dados (Eixos A e B)	251
<b>CAPÍTULO 5 – O Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), no Alentejo, no período 2001-2005: a execução física dos Centros de RVCC</b>	<b>253</b>
5.1. Indicadores demográficos e níveis de escolaridade em Portugal e no Alentejo (INE, 2001)	255
5.2. Caracterização Geral da Rede Nacional de Centros de RVCC	261

5.3. Caracterização da Rede Regional de Centros de RVCC	263
5.3.1. Distribuição geográfica dos Centros de RVCC	264
5.3.2. Caracterização do contexto e dos níveis de execução física dos Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências do Alentejo	264
5.3.2.1. ESDIME	264
5.3.2.2. Fundação Alentejo	266
5.3.2.3. Centro de Formação Profissional de Portalegre	266
5.3.2.4. ADL	268
5.3.2.5. Rota do Guadiana	270
5.3.2.6. Terras Dentro	271
5.3.3. Análise da execução física ao nível dos adultos certificados nos 6 CRVCC (2001-2005)	274
5.3.3.1. O caso específico do ano de 2003	276
5.4. Evolução da Rede de Centros de RVCC até à actualidade	277
5.4.1. Estratégia de crescimento e estabilidade da Rede	277
<b>CAPÍTULO 6 – O Processo de RVCC no Alentejo, no período 2001-2005: as opiniões dos promotores (Eixo A)</b>	<b>281</b>
6.1. A opinião dos Directores/Coordenadores dos CRVCC	283
6.1.1. Análise da informação das categorias da entrevista	284
6.2. A opinião dos Profissionais de RVCC	324
6.2.1. Análise da informação das categorias da entrevista	325
6.3. Análise comparativa das opiniões dos Responsáveis e dos Técnicos dos Centros de RVCC	363
<b>CAPÍTULO 7 – O Processo de RVCC no Alentejo, no período 2001-2005: os impactos da certificação nos adultos (Eixo B)</b>	<b>375</b>
7.1. Caracterização do perfil dos respondentes	378
7.2. Formas de conhecimento do processo de RVCC	388

7.3. Razões que conduziram ao processo de RVCC	390
7.4. Trajectórias de vida profissional dos adultos certificados	395
7.5. O Processo de RVCC	398
7.5.1. A Formação complementar	398
7.5.2. O momento do Júri de Validação	400
7.5.3. Níveis de certificação obtidos	401
7.5.4. A duração do processo	401
7.5.5. As principais dificuldades sentidas	402
7.5.6. Os apoios disponibilizados	406
7.6. Avaliação dos impactos do Processo de RVCC nos adultos certificados	408
7.6.1. Importância atribuída ao processo de RVCC	408
7.6.2. O prosseguimento de estudos	411
7.6.3. “Janela de discurso aberto dos inquiridos”	417
<b>CAPÍTULO 8 – Conclusões</b>	<b>423</b>
8.1. Nível descritivo (Eixos A e B)	425
8.1.1. O processo de RVCC, no Alentejo, no período 2001-2005 (Eixo A)	425
8.1.2. Os impactos do Processo de RVCC nos adultos certificados, no período 2001-2005: a perspectiva dos responsáveis e técnicos dos Centros de RVCC (Eixo B)	426
8.1.3. Os impactos do processo de RVCC nos adultos certificados no período 2001-2005: a perspectiva dos próprios adultos (Eixo B)	429
8.2. Nível crítico para o investigador	434
8.3 Nível crítico da estrutura da investigação	436
8.4. Nível crítico da instrumentalidade da investigação	437
8.5. Sugestões e recomendações	438
8.6. Eventuais linhas de trabalho para o futuro	442
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>445</b>
<b>Sítios da Internet consultados</b>	<b>479</b>
<b>Legislação consultada</b>	<b>483</b>
<b>Anexos</b>	<b>505</b>